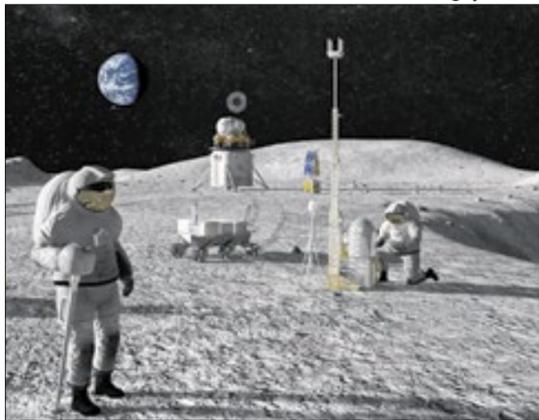


CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Divulgação/Nasa



Brasil é um dos 51 países no Programa Artemis

Brasil quer plantar batatas na Lua

À primeira vista, a ideia posta no título da coluna pode parecer inusitada. Literalmente, um projeto lunático. Na verdade, porém, trata-se de um propósito já bem encaminhado. Dentro, inclusive, de um grande tratado internacional, o Programa Artemis, encabeçado pela Nasa, a agência espacial dos Estados Unidos, e que conta já com a adesão de 51 países. No caso brasilei-

ro, trata-se de lançar ao espaço a tecnologia que hoje o país mais domina: a agricultura, com o desenvolvimento do nosso agronegócio. Na nova grande corrida espacial que já se ensaia, rumo a construir uma base na Lua e fazer viagens tripuladas mais longas, rumo à Marte, não faz sentido o Brasil querer competir com os países mais avançados.

Precisam comer

Mas os astronautas que participarão desses projetos vão precisar comer. Será preciso plantar na base lunar. E talvez a melhor ideia também seja plantar dentro da nave em uma viagem até Marte, que, segundo as estimativas, levará de seis a nove meses.

Desafios

As duas possibilidades envolvem desafios. No caso da Lua, plantar em condições extremamente adversas, sem atmosfera e em um solo quase que completamente árido, quase sem nenhum nutriente. No espaço, desenvolver agricultura hidropônica, no ar.

André Barreto/AEB



Chamon cerca Marcos Pontes no Senado

AEB tem convênio com a Embrapa para o espaço

É no avanço dessa tecnologia que o Brasil quer se encaixar no Programa Artemis. A Agência Espacial Brasileira (AEB) estabeleceu um convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nesse sentido. Além do propósito de desenvolver tecnologia para plantar no espaço, há um segundo objetivo.

O conhecimento que se obter para conseguir plantar nessas condições tão adversas pode ser utilizado para desenvolver, aqui mesmo na Terra, conhecimento para produzir nas regiões mais precárias, como os desertos. Para difundir essas ideias, o presidente da AEB, Marco Antonio Chamon, percorria o Congresso.

Apoio

Enquanto Câmara e Senado corriam para concluir sua extensa pauta, com reforma tributária e o pacote de corte de gastos, Chamon tentava seduzir parlamentares para a importância do projeto que envolve a agência e a Embrapa, dentro do programa internacional.

Emenda

Na visita, a ideia era começar tratativas para que algum deputado ou senador destine parte dos recursos das suas emendas ao convênio da AEB com a Embrapa na parte que cabe ao Brasil no Programa Artemis. Marcos Pontes é com quem as conversas mais avançaram.

Astronauta

Naturalmente, ele iniciou a aproximação com o senador mais identificado com o tema espacial, o astronauta Marcos Pontes (PL-SP). Dentro da profusão de dinheiro que os parlamentares têm com emendas orçamentárias, Chamon tenta que eles destinem algum.

Volta à Lua

O primeiro passo do Programa Artemis é voltar a enviar seres humanos à Lua. No caso, a primeira mulher um homem, em 2026. E, a partir daí, iniciar um projeto "sustentável" em solo lunar, que serviria como primeiro ponto de apoio para a viagem rumo a Marte.

Com pacote aprovado, economia poderá respirar

Haddad, porém, estima perda de R\$ 1 bi nos próximos dois anos

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Após um período de apreensão no mercado financeiro, o final de 2024 poderá ser mais tranquilo para a economia brasileira. É o que avalia a professora de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Cristina Helena de Mello. De acordo com ela, a recente aprovação de ajustes fiscais e a mensagem do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sinalizando redução de gastos, compromisso com a autonomia do Banco Central e a capacidade de articulação política, geram um ambiente mais favorável e menos volátil para o próximo ano. "A elevação cambial ajustou prejuízos, o contexto de incerteza ajudou a impulsionar movimentos especulativos, o que chamamos de efeito manada", acrescentou.

Na última sexta-feira (20), o pacote de corte de gastos enviado pelo governo federal para o legislativo foi concluído com a promulgação da Emenda Constitucional 135, que busca reduzir as despesas obrigatórias do Poder Executivo. Além disso, foram aprovados os outros dois projetos que compõem a medida fiscal: o PLP 210/2024, que impõe travas para gastos públicos se houver déficit primário, e o PL 4.614/2024, que restringe o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e limita o aumento real do salário mínimo.

Ajustes

No mesmo dia, em café da manhã com jornalistas para apresentar o balanço anual da



Haddad estimou uma perda de R\$ 1 bi com mudanças do Congresso

pasta, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) afirmou que a "ordem de grandeza" do impacto fiscal produzido pelo pacote não foi alterada com as mudanças promovidas pelo Congresso. "Ajustes de redação não alteram o resultado final, mantém na mesma ordem de grandeza os valores encaminhados ao Legislativo. Chegamos a um resultado bom em prazo muito curto", afirmou o ministro.

"O balanço de aprovações no Congresso nos orgulha. Nós temos mania de querer um país do futuro, mas raramente olhar para ele. Você pensa num país do futuro mas está sempre pensando na crise do dia. Se a gente tiver um horizonte um pouco maior, vamos ver que as medidas que foram tomadas

ampliam as possibilidades do Brasil. Temos que olhar para o curto prazo, mas tem que olhar para o médio e o longo também. As medidas estruturais que estão sendo tomadas ampliam as possibilidades de o Brasil crescer mais, de forma sustentável", acrescentou.

R\$ 1 bilhão

Apesar do discurso otimista, o próprio Haddad acabou admitindo que as alterações que foram feitas por deputados e senadores no curso da avaliação do pacote levarão a uma perda de cerca de R\$ 1 bilhão nos dois próximos anos. Inicialmente, a previsão era de um corte de R\$ 71,9 bilhões para 2025 e 2026 e R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030.

O principal fator desse im-

pacto, segundo Haddad, foi a retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) do pacote. Esse fundo financia os gastos do Distrito Federal em segurança pública, saúde e educação. O governo propunha mudar a forma de reajuste, hoje feito com base da Receita Corrente Líquida, para passar à correção da inflação, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (INPC).

"Entendemos que a medida [mudança no FCDF] era justa por razão simples. O GDF é o ente que mais ganha com a reforma tributária. A partir do momento em que o imposto vai para o destino, o DF, local de alto consumo, terá ganhado com a reforma tributária", disse.

País termina 2024 sem orçamento aprovado

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

A votação do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 foi adiada para o próximo ano, conforme anunciado pelo relator da matéria, senador Angelo Coronel (PSD-BA), e confirmado mais tarde pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP). De acordo com Coronel, a peça orçamentária, uma das mais importantes do parlamento, requer mais tempo e cuidado para ser apreciada adequadamente.

O senador explicou que, apesar de reconhecer a urgência na aprovação do orçamento, ainda era necessário consolidar informações, especialmente após a votação do pacote fiscal do governo.

"As alterações no salário-mínimo, por exemplo, afetam significativamente despesas previdenciárias, benefícios sociais e metas fiscais, exigindo cálculos e projeções mais precisos", afirmou o relator.

No curso da semana passada, chegou-se a cogitar a possibilidade de votação nesta semana do Natal para concluir o orçamento. Mas, ao final, entendeu-se que era melhor deixar a apreciação para o ano que vem. Não é a primeira vez que o país inicia um ano sem ter o orçamento aprovado.

O pacote de corte de gastos foi concluído na última sexta-feira (20), com a promulgação da Emenda Constitucional 135, que busca reduzir as despesas obrigatórias do Poder Executivo. Além disso, foram aprovados os outros dois projetos que compõem a medida fiscal:



Coronel: indefinições levaram ao adiamento do orçamento

o PLP 210/2024, que impõe travas para gastos públicos se houver déficit primário, e o PL 4.614/2024, que restringe o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e limita o aumento real do salário mínimo.

LDO

Em paralelo, o Congresso também aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, que estabelece as metas fiscais para o próximo ano e precede a LOA. O projeto prevê uma margem de variação de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), permitindo uma flexibilidade de até R\$ 30,97 bilhões, tanto para mais quanto para menos, sem comprometer as metas fiscais. A LDO agora segue para sanção presidencial.

Com a LDO finalizada antes do recesso parlamentar, o governo poderá liberar 1/12 do valor previsto anualmente a cada mês,

mesmo que o orçamento de 2025 não tenha sido aprovado. Caso contrário, o Executivo enfrentaria dificuldades na liberação de recursos mensais, sendo forçado a editar medidas provisórias (MPs) para garantir o funcionamento do orçamento até a aprovação definitiva.

O projeto será apreciado na Comissão Mista de Orçamento e no Congresso Nacional após o recesso parlamentar, que inicia no dia 22 de dezembro e termina no dia 1º de fevereiro de 2025. Angelo Coronel ressaltou ainda que o adiamento da votação da LOA visa garantir o equilíbrio das contas públicas.

"O objetivo não é retardar o processo, mas assegurar um documento que de fato retrate as prioridades nacionais, o equilíbrio das contas públicas e o compromisso com as metas de médio e longo prazos", registrou o senador.

Transtornos irreversíveis

De acordo com o cientista político Rócio Barreto, o adiamento da votação pode trazer transtornos irreversíveis. "Esse atraso pode afetar áreas essenciais, como a prevenção de acidentes e situações de emergência, além de impactar o estado de calamidade pública, que o Brasil costuma enfrentar no início do ano em diversas regiões. Isso pode ser comprometido pela falta de um orçamento aprovado", alertou Barreto.

O atraso, segundo Barreto, é resultado da proposta de ajuste fiscal enviada ao Congresso de forma tardia, o que interfere diretamente no orçamento do próximo ano, especialmente no que diz respeito ao salário mínimo.

O especialista destacou que o governo poderia ter antecipado essa proposta e o relator poderia ter buscado alternativas para garantir a votação ainda este ano.